



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 112/2024

Relatório

Chega para apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 112/2024.

O Projeto, de autoria do Prefeito, dispõe sobre a conversão de férias vencidas em pecúnia, nas condições especificadas e altera a Lei Municipal nº 2.680/1991.

A proposta foi encaminhada, nos termos regimentais, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico.

O Presidente avocou a relatoria para exarar seu voto.

É o relatório.

Voto do Relator

A matéria atende aos requisitos propostos pelo artigo 142 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça.

Em sua tramitação nesta Comissão foi solicitado parecer da Procuradoria Legislativa da Casa, o qual acompanhamos.

Em seu parecer a Procuradoria Legislativa destaca os seguintes pontos:

I - Despesa obrigatória de caráter continuado. Observância aos requisitos impostos pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Alerta quanto ao limite previsto no art. 167-A da CF/88

III - Possibilidade de acúmulo de férias por, no máximo, dois períodos, nos termos do art. 130 da Lei nº 2.680/91

IV - Ilegitimidade para o pagamento dos períodos que ultrapassarem o limite legal aos servidores em atividade

V - Violação dos artigos 7º, XVII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, aplicável aos municípios por força do art. 144 da Constituição Estadual.

VI - Projeto que não atende aos requisitos materiais de legalidade e constitucionalidade.

Sendo assim, esta Comissão propôs a apresentação de Substitutivo para adequação da matéria, motivo pelo qual apresentamos voto favorável à continuidade da tramitação desta matéria nesta Casa de Leis.

É como voto.

Rafael José Frabetti
Relator

Conclusão da Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto pela legalidade e constitucionalidade do Substitutivo, de iniciativa desta Comissão.

É o parecer.

S. das Comissões, assinado e datado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).